

A reconfiguração do jornalismo na primeira década do século XXI

Demétrio de Azeredo Soster¹

Resumo:

Este artigo observa as transformações do jornalismo, aqui entendido como uma prática de sentido, em uma perspectiva sistêmica, marcada por uma profunda imersão tecnológica da sociedade. Faz-se, em primeiro lugar, a contextualização do atual momento evolutivo; salienta-se a emergência de um novo modelo de jornalismo, que chamamos de midiaticizado; a explicitação de suas principais categorias conceituais; bem como uma reflexão do que representa, a este, integrar um sistema, o midiático-comunicacional, que reconfigura suas formas e processos. Conclui-se que, para compreender este jornalismo, é necessário observá-lo antes processualmente que em termos de forma.

Palavras-chave:

Jornalismo, jornalismo midiaticizado, midiaticização, reconfigurações jornalísticas

Um caminho possível para compreendermos, neste artigo, de que jornalismo estamos falando nesta primeira década do século 21 é observarmos, em primeiro lugar, que, ao nos referirmos ao jornalismo, estamos tratando de uma prática social de sentido que se estabelece em uma perspectiva sistêmica neste momento evolutivo, marcado por uma profunda imersão tecnológica da sociedade. Se isso se dá desta forma, conforme apontamos em momentos anteriores (SOSTER, 2007, 2008, 2009,

¹ Professor de jornalismo da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Ciências da Comunicação e Informação pela Ufrgs. Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos. e-mail: dsoster@uol.com.br

2009-a), é porque entendemos que, neste cenário, os dispositivos² jornais e revistas impressos, rádios, televisões, sites convencionais, e, mais recentemente, blogs e microblogs, por meio dos quais o jornalismo usualmente se estabelece e é reconhecido, estão amalgamados em rede³. Têm, portanto, identidade e forma física para além dos lugares institucionais tradicionalmente representados pelos mídia⁴, suas operações e discursos, à revelia de esta forma e identidade se estabelecerem por meio de cabos ou ondas eletromagnéticas, mas também uma maneira de operação específica, de natureza sistêmica e baseada em fluxos informacionais.

Equivale a dizer que esta condição – estar-se unido por meio dos nós e conexões⁵ de uma rede, neste caso a *web*⁶ – acaba por emprestar contornos diferenciados àquele que chamaremos, doravante, de sistema midiático-comunicacional, autonomizando-o⁷ em relação aos demais sistemas, sociais ou não. A autonomia, observada da perspectiva sistêmica, faz com que os dispositivos, como lugares institucionais que até há pouco operavam de maneira hegemônica relativamente independente uns em relação aos outros, ainda que eventualmente dialogassem entre seus pares (os jornais sempre pautaram rádio e a televisão, por exemplo), transformem-se em nós e conexões de um sistema mais amplo, de dimensões globais. Entendemos que o sistema midiático-comunicacional se estabelece

² Dispositivos serão aqui utilizados como sinônimo de mediações que contemplam aspectos situacionais e tecnológicos, mas também "(...) discursivos, normativos, simbólicos, funcionais e referenciais que incidem nas interações, no tempo e espaço propiciadas pela conexão de suportes tecnológicos (FERREIRA, 2003, pp. 89-90). Ou, como sugerem Rodrigues (1999) e Mouillaud (1997), formas de enunciação que nos permitem observar o sentido daquilo que é enunciado.

³ Segundo Castells (2003, pág. 566), rede é um conjunto de nós interconectados. Nós, por sua vez, são pontos nos quais curvas se entrecortam. São estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que estes consigam comunicar-se dentro das redes, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Neste sentido, a internet é uma rede quando permite aos demais dispositivos jornalístico-comunicacionais dialogarem entre si.

⁴ Forma brasileira da palavra *media*, que é plural de *médium*, meio. Ou seja, o conjunto dos meios de comunicação produzidos em massa e veiculados para uma massa indistinta de público. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 249).

⁵ A internet exerce papel fundamental neste processo, em especial a partir do momento em que se verificaram as primeiras transposições de jornais impressos, ainda em 1995.

⁶ Utilizaremos *Web* como sinônimo de World Wide Web, ou WWW.

⁷ O conceito de autonomia não indica independência do entorno, mas um fechamento auto-referencial: o entorno pode limitar ou ampliar o âmbito de possibilidades operativas do sistema, porém isso não anula o fato de que as operações sejam produzidas e conectadas somente pelo e no sistema. (BARALDO; CORSI; ESPOSITO, 1996, pp. 36-37)

com mais visibilidade a partir de 1995, quando das transposições dos primeiros jornais para a *web*, no eixo Rio-São Paulo.

Vale lembrar que um sistema é reconhecido como tal quando representa uma diferença em relação ao ambiente (LUHMANN, 2009) em que se insere, já que não se pode pensar em sistema sem ambiente. Torna-se, desta forma, uma diferença que produz diferença. Uma vez compreendido desta forma, permite-nos entendê-lo como base explicativa para a reflexão proposta; um local a partir de onde as interpretações têm lugar, à revelia de sua natureza (técnica, social etc.). O indicador, ou seja, o local a partir de onde as observações são realizadas, neste caso, é o próprio sistema, ângulo de análise que situa o ambiente em uma perspectiva externa a este, ainda que, como dissemos, não se possa pensar sistema sem ambiente.

Não obstante o sistema midiático-comunicacional se estabelecer a partir de uma profunda imersão tecnológica da sociedade, ele também é de natureza social à medida que suas operações se realizam a partir de comunicação. Têm, portanto, natureza técnica, mas também social e discursiva. Em si, não há maiores novidades nesta afirmação, à medida que, desde há muito, para pensarmos o jornalismo, precisamos observar, também, a sociedade se realizando (WERNECK SODRÉ, 1983), à revelia do local em que se estabeleça nossa análise e das ferramentas por meio das quais esta observação se torna possível. A diferença, neste caso, fica por conta do fato de o atual momento evolutivo do jornalismo representar uma determinada diferença em relação aos que lhe antecederam, relevante o suficiente para que emprestemos a ela caráter de marco delimitatório em relação ao processo evolutivo da profissão como um todo e assumindo os riscos inerentes de, com isso, reduzirmos mais de 300⁸ anos de evolução em não mais que dois ou três marcos referenciais.

A afirmação sugere que, ao observarmos o jornalismo por este viés, estamos afirmando, também, que suas formas e processos sofrem novamente complexificações substanciais, tão ou mais relevantes que a invenção da rotativa (1850) e a digitalização (1970), na escala proposta por Marcondes Filho (2000), e que requerem gramática específica de reconhecimento caso queiramos compreendê-las. Por este viés, no primeiro momento, com a instituição do jornalismo como empresa lucrativa e a limitação da liberdade editorial, temos a matriz de um modelo que se estabelece a

⁸ Partimos do pressuposto que o jornalismo se estabelece como tal a partir do século 17, quando, abolida a censura, passa a existir condições para que os veículos tenham periodicidade.

partir do paradigma da objetividade, nos moldes observados por Amaral (1996), em que a forma passa a se sobrepor ao conteúdo. No segundo, referente à digitalização, observamos a instauração de uma nova lógica, de início predominantemente operacional (SOSTER, 2006), que interfere principalmente nos processos produtivos, mas que acaba por afetar o jornalismo em todas as suas instâncias de significação. É neste momento, por exemplo, que se inicia com mais visibilidade o processo de auto-referência midiática, uma operação de matizes sistêmicos.

Identificamos no ano de 1995, com as primeiras transposições dos jornais para a *web*, a instauração daquilo que denominamos uma terceira descontinuidade⁹ do jornalismo (SOSTER, 2008, 2009, 2009-a), que antecede, em uma lógica de alteridade, a uma nova continuidade, em processo de formatação neste momento, e que complexifica, a exemplo do que já ocorreu anteriormente em larga escala por pelo menos duas vezes, lugares secularmente instituídos. A esta complexificação damos o nome de reconfigurações¹⁰ jornalísticas e podem se referir tanto às formas quanto aos processos da prática.

Ao jornalismo que emerge com mais visibilidade desse período chamamos de midiatizado, ou seja, aquele que

⁹ O conceito de descontinuidade foi utilizado inicialmente por Bruce Mazlish (1995) para se referir aos grandes choques contra o “amor próprio” dos homens. A primeira grande descontinuidade foi dada por Copérnico, ao dizer que a terra não era o centro do universo, mas apenas um ponto minúsculo deste. A segunda ficou sob responsabilidade de Darwin, que, ao estabelecer a teoria da evolução, destruiu o lugar supostamente privilegiado que o homem ocupava na criação do universo. A terceira descontinuidade seria instaurada pelo próprio Freud, por meio da psicanálise, à medida que esta procura demonstrar que o ego não é sequer o dono de si, e deve se contentar com uma escassa informação a respeito do que ocorre na mente humana. “Ao sugerir a interação homem-máquina como uma quarta descontinuidade – ou um quarto “choque” no ego humano – Mazlish defende duas teses. A primeira delas é que a humanidade estaria começando a romper a descontinuidade representada pela interação homem-máquina à medida que percebe “(...) a própria evolução como inextricavelmente entrelaçado com o uso e desenvolvimento de ferramentas, das quais as máquinas modernas são a última extrapolação. Sendo realistas, já não podemos pensar em espécie humana sem máquinas” (MAZLISH, 1995, pág. 17). Esta transposição da quarta descontinuidade, e eis a segunda tese, representaria, na verdade, o estabelecimento de uma nova continuidade, cuja marca é a simbiose entre os homens e suas máquinas”. (SOSTER, 2009, p. 43) Transposta a perspectiva para jornalismo, um novo choque contra o “amor próprio” do homem (enquanto agente do jornalismo) se estabelece a partir do momento em que os jornalistas deixam de ter papel central no processo de produção das informações, o que ocorre com a autonomização do sistema mediático-comunicacional. Algo proporcionalmente semelhante ocorreu com a invenção da rotativa (1850) e com a digitalização (1970), ainda que se magtizes distintos. Por isso chamamos o atual momento como a terceira grande descontinuidade do jornalismo.

¹⁰ Sobre uma melhor compreensão deste assunto, ver *Metamorfoses jornalísticas: formas, processos e sistemas* (Edunisc, 2007) e *Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma* (Edunisc, 2009).

(...) se estabelece a partir do momento em que a sociedade se mediatiza, porque assentada em uma base de natureza sócio-técnica e discursiva, cujas origens são antigas, mas mais visivelmente perceptíveis a partir da digitalização, na década de 70, e da internet, na década de 90 no Brasil e dez anos antes no mundo (SOSTER, 2009, pp. 177-178).

Por mediatização entenderemos a instauração de uma nova ambiência na sociedade (GOMES, 2006) a partir do momento em que a tecnologia deixa de ser apêndice; lugar por meio do qual se obtém este ou aquele resultado, e se torna elemento constituinte da primeira, regulando e sendo regulada por ela. Sua constituição se dá pelo viés de

(...) formas e de operações sócio-técnicas, organizando-se e funcionando com base em dispositivos e operações constituídas de materialidade e de imaterialidades. Seus processos de materialidade se passam em cenas organizacionais/produtivas e em cenas discursivas. São em tais âmbitos que se realizam as possibilidades por meio das quais a mediatização pode afetar as características e funcionamento de outras práticas sócio-institucionais. Mas isso não significa uma ação de natureza linear, determinística, pois a atividade da mediatização se realiza de modo transversal e, ao mesmo tempo, relacional (FAUSTO NETO, 2006, pág. 9).

Tem-se, desta forma, um reenquadramento do tecnológico em sua relação com o social, que é de natureza antes simbiótica que determinística. O que se complexifica é a forma por meio da qual a sociedade se relaciona com a tecnologia, movimento este que não deve ser entendido como algo novo, recente, mas em termos de processo.

A evolução da espécie humana é fruto desse movimento perpétuo e infundável, sendo a técnica responsável pela criação da segunda natureza – a cultura – num processo de desnaturalização do homem. Os objetos técnicos formam uma espécie de ecossistema cultural, onde a naturalização do artifício modifica o meio natural, da mesma forma que o meio natural vai impondo limites à atividade técnica humana. Esta naturalização de objetos técnicos impulsiona uma progressiva artificialização do homem e da natureza, sendo mesmo impensável a existência do homem e da cultura fora deste processo (LEMOS, 2008, p. 31).

É a partir do século 19, em decorrência de um processo que havia se iniciado havia pelo menos dois séculos, que a tecnologia, de uma maneira mais visível, "(...) começa a se tornar referência para a criação do mundo social histórico, em detrimento da religião, da política, da educação e da arte" (RÜDIGER, 2007, P. 56). Ou seja, passa a compor o ambiente em que o homem se insere na condição de elemento constituinte deste, e que interfere (e é interferida), portanto, em/por suas relações.

Observar esta forma de convivência é importante porque retira, de um lado, a armadilha tão sedutora quanto frágil do determinismo tecnológico, possível quando se atribui à tecnologia a responsabilidade única pelas transformações em curso. Mas também porque complexifica a dimensão que usualmente se atribui ao social neste processo, a exemplo do que sugere Bucci (2009) quando diz que a tecnologia nunca mudou a sociedade. "A sociedade, ou os movimentos sociais, é que dão sentido social e histórico para a tecnologia, e não o contrário" (2009, p. 206).

Entendemos que os dispositivos jornalísticos, neste contexto, ao se estabelecerem como vetores da midiaticização, acabam sendo afetados pela processualidade desta, midiaticizando-se, de onde o jornalismo midiaticizado, substancialmente distinto em termos de forma, processo e conteúdo, dos modelos que lhe antecederam. Por este viés,

(...) a mídia aparece como dispositivo de conversão do social ao público, já que a midiaticização é hoje um processo central de visibilização e produção dos fatos sociais na esfera pública. Por isso, o enquadramento midiático é a operação principal pela qual se seleciona, e apresenta (logo, se constrói) o acontecimento (SODRÉ, 2009, p. 38).

Esquemáticamente, para uma melhor compreensão da mesma, podemos observar esta escala evolutiva da seguinte forma:

Tabela 1: as três descontinuidades do jornalismo

1ª Descontinuidade (pós 1850)	Invenção da rotativa, imprensa de massa.	Reificação da atividade editorial, que se transforma mais visivelmente em negócio.
-------------------------------	--	--

2ª Descontinuidade (pós 1970)	Digitalização.	Os computadores, e depois as redes telemáticas, interferem e transformam as instâncias de produção, circulação, recepção e significação.
3ª Descontinuidade (pós 1995)	Instauração do sistema mediático-comunicacional.	Os jornais, como lugares institucionais, e os jornalistas, como agentes deste processo, passam a representar nós e conexões de um sistema mais amplo, baseado em fluxos informacionais, perdendo sua centralidade. O jornalismo se midiaticiza.

Fonte: elaboração do autor

Importante observar, no gráfico, que, apesar de identificarmos datas em que as descontinuidades se iniciaram mais visivelmente, não sugerimos períodos de conclusão aos processos que elas instauram. Isso se dá, em primeiro lugar, porque a perspectiva, uma vez mais, não é totalizante, mas também porque entendemos que registrar o final do período equivaleria a correr o risco de desconsiderar o que dele se mantém na etapa posterior, como elemento identitário¹¹ desta e que permite coesão ao todo.

A transição entre um momento e outro pode ser melhor compreendida por meio do conceito de territorialização/desterritorialização, segundo o qual o território representa o conjunto das experiências, relações, domínios e apropriações de natureza espacial (HAESBAERT, 2004). O oposto do território não é a ausência deste, mas um desterritório, local de caráter efêmero que antecede um novo território. "Assim, a cada novo agente, um novo território, até que este se desterritorialize e resulte em um novo território, em um fluxo contínuo e ininterrupto." (SOSTER, 2009, p. 42)

¹¹ Identidade aqui entendida como elemento de composição relacional, segundo o qual quanto mais próximo se está, mais identidade; quanto mais distante, mais diferenças e menos identidade. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 174).

Categorias do jornalismo midiaticizado

O jornalismo a que denominamos midiaticizado, e que identificamos como uma terceira descontinuidade no fazer jornalístico, diferencia-se dos modelos que lhe antecederam à medida que suas operações se estabelecem a partir de três categorias conceituais: auto-referencialidade, co-referencialidade e descentralização (SOSTER, 2009-a, 2009-b, 2009-c).

A auto-referencialidade pode ser identificada quando os media passam a se referir às suas próprias operações, usualmente por meio de marcas, em suas construções discursivas, repetindo, com isso, em seu interior, uma operação do próprio sistema. A co-referência se estabelece quando os dispositivos dialogam entre si por meio dos nós e conexões da web, o que permite ser pensado em especial a partir do amalgamento do sistema midiático-comunicacional pela *web*.

Já a terceira categoria conceitual, que chamamos de descentralização, diz respeito ao fato de o jornalismo midiaticizado não operar com centralidades, por se materializar em uma estrutura em rede. Ou seja, os dispositivos que compõem o sistema mediático-comunicacional se estabelecem como nós e conexões de uma rede maior, afetando e sendo afetados uns pelos outros em suas operações por meio de fluxos informacionais, transformando-se mutuamente, mas sem ocuparem um lugar central nesta arquitetura.

Este modo de ser, de natureza sistêmica, está de acordo com uma sociedade (e de um jornalismo, diríamos), nas palavras de Castells (2003), estruturada em rede:

A sociedade em rede é uma sociedade de fluxos, uma sociedade de comunicações globais. Os fluxos transportam muitas coisas, sobretudo informações. A sociedade industrial de Marx se embasava em máquinas transformadoras da natureza. As máquinas de nossos dias não se ocupam tanto de transformar a natureza, e nem sequer a cultura (informação), mas de transmitir cultura (comunicações). A sociedade de fluxos, a sociedade de rede, é menos uma sociedade de informação que uma sociedade de comunicação (LASH, 2005, pág. 50).

Os dois primeiros movimentos – auto e co-referência – foram observados em pesquisa (SOSTER, 2009-b) realizada no jornal Folha de S.Paulo, quando analisamos

372 de seis edições do diário. Total de 191 entradas disseram respeito, na análise, a marcas de auto-referencialidade, enquanto que as outras 173 de co-referencialidade. Equivale a dizer, por outras palavras, que o jornal Folha de S.Paulo usualmente explica suas próprias operações, mas também se refere a outros dispositivos para construir seus discursos. A explicação das próprias operações diz respeito a uma construção discursiva que é própria deste modelo de jornalismo. Ou seja, a auto-referência serve, entre outros, como um mecanismo por meio do qual o dispositivo estabelece novos contratos de leitura, estabelecendo, desta forma, credibilidade (FAUSTO NETO, 2006-a), o que também viabiliza suas operações.

No tocante à co-referência, sua lógica, igualmente de natureza auto-referencial, à medida que as operações com esta característica se realizam no interior do sistema midiático-comunicacional, verifica-se toda a vez que a origem dos acontecimentos¹² são os próprios dispositivos, à revelia de seu formato, por meio dos acontecimentos neles veiculados. A co-referência se distingue da auto-referência, entre outros, à medida que a primeira diz respeito a uma mudança no estatuto das fontes¹³, que passam a se localizar no sistema, e não no ambiente em que ele se encontra. Trata-se, uma vez mais, de uma operação própria dos sistemas, a que chamamos de reentrada (*re-entry*), ou seja, a capacidade que os sistemas têm de introduzir a diferença entre sistema e meio em seu próprio interior (LUHMANN, 2005).

Por meio das reentradas o sistema supõe que suas próprias comunicações tenham continuidade, à revelia do espaço temporal entre uma e outra; um programa/notícia remetendo a outro. Esta característica se evidencia à medida que uma notícia, uma vez absorvida pelo sistema midiático-comunicacional, tende a circular pelos demais dispositivos sem maiores preocupações quanto à sua procedência, por exemplo, ainda que estas eventualmente existam. Mas não "(...) se trata da representação de mundo, da forma como ele se apresenta agora" (LUHMANN, 2005, p. 29), à medida que, na perspectiva sistêmica, a distinção entre o mundo como ele é e como é observado deixa

¹² Acontecimento será entendido, aqui, como sinônimo de informação de natureza jornalística, ou simplesmente notícia.

¹³ No sentido tradicional, o Dicionário de Comunicação classifica fonte como "Pessoa ou pessoas que o jornalista observa e/ou entrevista. Há um sem-número de classificações de fontes jornalísticas e três grandes atributos para que se cristalize em conceito jornalístico: autoridade, produtividade e credibilidade. Estes atributos estão diretamente vinculados aos processos jornalísticos, ao tempo de produção do jornalismo e ao enquadramento dos acontecimentos que este possibilita no interior do qual reconhece e naturaliza certas pessoas e os discursos dominantes de uma época" (MARCONDES FILHO, 2009, p. 143).

de existir.

Este movimento se torna possível por meio da irritação.

O estado do sistema entra na comunicação seguinte como irritação, surpresa, novidade, sem que o mistério da procedência, da origem da novidade do novo seja esclarecido pelas operações do sistema. O sistema pressupõe a si mesmo como irritação auto-produzida, sem ser atingível por meio de suas próprias operações, e então ocupa-se com a transforma-se de irritação em informação que ele produz para a sociedade (e para si mesmo na sociedade). Exatamente por isso que a realidade de um sistema é sempre correlata às próprias operações, sempre uma construção própria. (LUHMANN, 2005, p. 30)

Por irritação vamos entender as perturbações que o ambiente provoca no sistema e que se estabelecem neste como informações, sendo processadas como tal. As irritações são sempre internas ao sistema, pois se estabelecem, inicialmente, a partir de diferenciações e comparações com estruturas internas ao sistema. São produtos do próprio sistema. Já informações são eventos que selecionam os estados de um sistema, provocando transformações neste. Informação é, portanto, uma diferença que provoca diferença. No caso de um sistema social, haverá informação quando o evento for inesperado em relação ao próprio sistema. Neste sentido, o caráter de novidade é essencial para que se tenha informação.

O que assegura, por outro lado, que não haja um desacoplamento, – o sistema separando-se de seu entorno, o que implicaria na desconfiguração de um e outro –, são os temas, que personificam a heterorreferência da comunicação sistêmica.

Eles [os temas] organizam a memória da comunicação. Eles atam as colaborações a contextos complexos de tal forma que na comunicação habitual pode-se reconhecer se um tema será mantido e continuado ou se está sendo trocado. No plano temático chega-se por isso a uma sintonia contínua entre heterorreferência e auto-referência dentro da comunicação do próprio sistema. (...) Os temas servem por isso ao acoplamento estrutural dos meios de comunicação com outras áreas da sociedade (...). (LUHMANN, 2005, p. 31).

Luhmann sugere, ainda, que um meio de comunicação terá “sucesso” na sociedade à medida que consegue impor a estas seus temas, à revelia serem informações de sentido positivo ou negativo.

Casa de espelhos

Johnson (2003), ainda que não se refira especificamente à midiatização do jornalismo, chama este tipo de fenômeno de feedback¹⁴. “Atualmente, é comum comentar a disposição dos meios de comunicação em alimentar frenesi, em que a cobertura de uma história naturalmente gera mais cobertura, levando a um tipo de ambiente semelhante a uma casa de espelhos, onde pequenos incidentes ou declarações são ampliados para se tornar eventos significativos” (JOHNSON, 2003, p. 98).

Os feedbacks, uma vez ampliados em rede, geram os círculos de feedback, ou seja, o mesmo fenômeno, mas visto em uma dimensão proporcional ao tamanho da rede em que os dispositivos se encontram. O conceito de círculo de feedback nos é sugerido por Johnson a partir da forma de operação do cérebro humano, composto por redes neuronais. Apesar da diversidade de operações a que estas redes são submetidas a cada momento – novas atividades mentais exigindo novos arranjos neuronais –, há movimentos que seguem um determinado padrão operacional, repetindo-se continuamente.

É neste ponto que, de acordo com a neurociência, encontra-se a base do aprendizado, ou seja, na repetição desses circuitos. O por que de estes círculos de feedback ocorrerem está relacionado à estrutura das redes neuronais.

Eles [os círculos de feedback] acontecem porque as redes neurais do cérebro estão densamente interconectadas: cada neurônio contém links – na forma de axônios e sinapses – relacionados a milhares de outros neurônios. Quando um dado neurônio dispara, envia esta carga para todas as outras células que, diante de determinadas condições, por sua vez a envia para suas conexões, e assim por diante. Se cada neurônio estendesse um link para um ou dois outros neurônios, a chance de se ter um canal de reverberação seria grandemente reduzida. No entanto, como estes neurônios atingem simultaneamente muitas direções, e bem mais provável que o disparo de um neurônio retorne à sua fonte original, recomeçando todo o processo. A probabilidade de ocorrer um círculo de feedback está diretamente relacionada à interconexão geral do sistema (JOHNSON, 2003, pp. 98-99).

¹⁴ Processo de controle pelo qual o resultado (saída, output) do desempenho de um sistema é programado para atuar sobre o impulso alimentador (entrada, input) do mesmo sistema, estabelecendo correções a partir dos erros verificados. (BARBOSA, RABAÇA, 1995, pág. 260)

Ou seja, mais que uma metáfora para se explicar a forma de operação das redes a partir de uma perspectiva de natureza biológica, o exemplo de Johnson permite que possamos compreender a ambiência em que se estabelece processualmente a midiatização, considerando que esta se torna mais visível no jornalismo a partir do momento em que as operações passam a se dar em rede, que são ambientes complexos. E é por este motivo; pelo fato de a probabilidade de os círculos de feedback ocorrerem mais facilmente em ambientes complexos do ponto de vista estrutural, que Johnson salienta que, até 1990, ou seja, quando a internet em escala comercial dava seus primeiros passos, os círculos de feedback não eram inevitáveis. Eles

Apareceram graças a mudanças específicas no sistema subjacente dos meios de comunicação de massa, mudanças estas que trouxeram os primeiros sinais de emergência – e anteciparam os genuínos sistemas de bottom-up¹⁵ que, desde então, floresceram na web. Que o feedback tenha sido crucial para o processo não é de se surpreender: todos os sistemas descentralizados baseiam-se extensamente no feedback, tanto para o crescimento como para a auto-regulação (JOHNSON, 2003, pp. 98-99).

No que diz respeito à terceira característica do jornalismo midiatizado, a descentralização, estabelece-se a partir do momento em que o fechamento estrutural do sistema faz com que os dispositivos passem a operar cada vez com mais intensidade em termos auto e co-referenciais. Ao se tornarem, como dissemos, antes nós e conexões de uma rede mais ampla, em detrimento ao lugar institucional que antes ocupavam, perdem aquilo que chamamos de centralidade operacional.

Se isso se dá desta forma é porque, em primeiro lugar, a natureza das estruturas em rede não é axiomática, – modelo um para muitos –, como ocorre nas estruturas organizacionais de natureza fordista, em que papéis, fluxos e processos são tão demarcados quando identificáveis (HARVEY, 1992). Nem flexível, de inspiração keynesiana, aqui entendida como aquela que se apóia na flexibilidade dos processos – sejam eles de trabalho, mercados, produtos e padrões de consumo, para ficarmos em alguns. Ela é, antes, rizomática, ou seja, baseia-se no modelo de muito para muitos,

¹⁵ Sistemas bottom-up, ou sistemas de baixo para cima (JOHNSON, 2003), portanto emergentes, são sistemas a partir dos quais os agentes localizados em uma determinada escala reproduzem o comportamento de uma escala acima deles. O sistema só é emergente quando todas as interações locais resultam em algum tipo de macrocomportamento observável. É o caso, por exemplo, das comunidades de relacionamento da web.

sem uma centralidade operacional, e operando a partir de uma lógica de fluxos, portanto sistêmica.

Em outras palavras, o sistema como um todo deu uma guinada impressionante na direção das redes distribuídas e afastando-se das hierarquias tradicionais top-down. E quanto mais a mídia contempla sua própria imagem, mais provável é que o sistema comece a realimentar a si mesmo, como uma guitarra Stratocaster inclinando-se sobre a amperagem na qual está ligada. (JOHNSON, 2003, p. 99)

Dito isso, é preciso observar como se estabelece o jornalismo no cenário em que nos encontramos.

Como se estabelece a diferença

Partindo do pressuposto, como pontuamos inicialmente, que sistema é uma diferença que produz diferença (LUHMANN, 2009); e que, por este viés, podemos identificar o que é sistema e meio, bem como a forma de ser do primeiro, é chegada a hora de nos perguntarmos como se estabelece a diferença no cenário que estamos observando. Isso para que, por meio dela, possamos delinear com mais precisão de que jornalismo estamos falando nesta primeira década do século XXI.

Fazê-lo nos moldes propostos por Keen (2009), cuja produção mais recente lembra em muito Jean Baudrillard, ainda que sem o mesmo lustre teórico-conceitual deste, ou seja, no sentido de que a imersão tecnológica é perniciososa porque uniformiza “por baixo” toda a forma de ser da sociedade, é arriscado, pois reduz em muito a complexidade do fenômeno. Mais adequado seria pensar em termos de convergência; portanto de nuances culturais, como sugere Jenkins (2008); e que se reflete, no jornalismo, como já haviam apontado Quinn e Filak (2005), Sádaba, Portilla, García Avilés, Masip e Salaverría (2008) e outros.

Convergência, neste caso, representa

(...) um processo multidimensional que, facilitado pela implementação generalizada das tecnologias digitais de telecomunicação, afeta o âmbito tecnológico, empresarial,

profissional e editorial dos meios de comunicação, propiciando uma integração de ferramentas, espaços, métodos de trabalho e linguagens anteriormente desagregadas, de forma que os jornalistas elaborem conteúdos que são distribuídos por meio de múltiplas plataformas, com as linguagens próprias de cada um. (SALAVERRÍA, GARCÍA AVILÉS E MASSIP apud SÁDABA, PORTILLA, GARCÍA AVILÉS, MASIP e SALAVERRIA, 2008, p. 13)¹⁶

Observe-se que, por este viés, a convergência, mais que uma possibilidade operacional, representa uma certa forma de ser, que emerge mais visivelmente na instância dos dispositivos, em um cenário específico; em rede. Representa, ela própria, portanto, um indicativo que o ambiente comunicacional está se reconfigurando, e indica que esta nova descontinuidade é perceptível de muitas formas. A constatação sugere que, para se observar o cenário em que as complexificações se estabelecem, é mais prudente fazê-lo em termos de processo, pelo viés dos fluxos, que são a linguagem da sociedade em rede, do que em termos de forma.

O que garante que haja condições de fluxo, é, de um lado, uma estrutura em rede, mas também os nós e conexões desta mesma rede. O sistema midiático-comunicacional, por este ângulo, é composto por uma série de dispositivos de natureza jornalística, representados pelos jornais, revistas, televisões, rádios, sites convencionais, blogs e microblogs. Unidos pela *web*, eles dão forma ao sistema e criam lastro para a formação dos fluxos informacionais¹⁷. Estes dispositivos representam, à revelia de serem recentes¹⁸ ou não, eles próprios, reconfigurações jornalísticas

¹⁶ La convergencia periodística es un proceso multidimensional que, facilitado por la implantación generalizada de las tecnologías digitales de telecomunicación, afecta el ámbito tecnológico, empresarial, profesional y editorial de los medios de comunicación, propiciando una integración de herramientas, espacios, métodos de trabajo y lenguajes anteriormente disgregados, de forma que los periodistas elaboran contenidos que se distribuyen a través de múltiples plataformas, mediante los lenguajes propios de cada una. (SALAVERRÍA, GARCÍA AVILÉS E MASSIP apud SÁDABA, PORTILLA, GARCÍA AVILÉS, MASIP e SALAVERRIA, 2008, p. 13)

¹⁷ Importante observar que a comunicação possui um caráter aditivo. O que passa a distinguir a informação da comunicação, que não deixa de existir em uma perspectiva sistêmica, é que esta, na figura das redes, passa a ser subordinada processualmente ao sistema de informação, tornando-se subsistema deste (COHN, 2001).

¹⁸ Por recentes entendemos os sites convencionais, blogs e microblogs; ou seja, os que se estabelecem no cenário midiático-comunicacional com e a partir da *web*.

(SOSTER; SILVA; 2009-c), à medida que, neste cenário, também eles se transformam: tornam-se instâncias de um sistema mais amplo, por onde passam (e se transformam) os fluxos informativos, compostos por acontecimentos que irritaram o sistema midiático-comunicacional e foram absorvidos por este.

O movimento, um exemplo dentre tantos, sugere que não pensemos mais apenas em termos de emissão e recepção, haja vista que o emissor é ao mesmo tempo emissor e receptor, o mesmo podendo ser dito em relação ao receptor: ele emite e recebe ao mesmo tempo. São, antes, lugares de passagem, que transformam e reconfiguram a natureza dos acontecimentos, o que nos permite observar que a construção do acontecimento se localiza no próprio fluxo, como já havia apontado Ferreira (2008), e não mais apenas na intersecção do sistema como o meio, pelo viés da irritação. Com isso, verificamos a instauração de uma nova ambientação cujas regras são cada vez menos privadas; ou seja, pertencem cada vez menos a este ou aquele dispositivo, tornando-se, gradativamente, próprias do sistema midiático-comunicacional como um todo, e não de seus dispositivos em particular.

Equivale a dizer, por outras palavras, que pensar o jornalismo, nesta primeira década do século 21, implica sugerir que se inverta o foco da atenção e se observe, na análise, em primeiro lugar seus movimentos. A angulação exige que se considere que o jornalismo se insere em um sistema mais amplo, a que denominamos midiático-comunicacional e que reconfigura a todo momento tanto suas formas quanto seus processos pelos viés dos fluxos informativos, o que dificulta a elaboração de hipóteses conclusivas a seu respeito. Compreender o que isso significa para além das reflexões aqui postas é o desafio que se apresenta daqui para a frente.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra – D.C. Luzzatto Editores, 1996.
- BARALDI, Cláudio; CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena (orgs). **Glossário sobre la teoria social de Niklas Luhmann**. México: Anthropos, 1996.
- BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1995
- BUCCI, Eugênio. Entrevista. In: COHN, Sergio; SAVAZONI, Rodrigo. Cultura Digital.br. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 2003. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 1)
- COHN, Gabriel. Qual é a forma da sociedade da informação? In: **Práticas midiáticas e espaço público**. FAUSTO NETO, Antônio. et al (orgs.) Porto Alegre: Edpucrs, 2001.
- FILAK, Vincent F.; QUIN, Stephen. **Convergent journalism**: an introduction. Oxford: Focal Press, 2005.
- FAUSTO NETO, Antônio. **Midiatização, prática social - prática de sentido**. ENCONTRO DA REDE PROSUL: Seminário Sobre Midiatização, 2006, Unisinos, São Leopoldo.
- FAUSTO NETO, Antônio. Mutações nos discursos jornalísticos: da 'construção da realidade' à 'realidade da construção'. In: **Edição em jornalismo**: ensino, teoria e prática. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006-a.
- FERREIRA, Jairo. Um caso sobre a midiatização: caminhos, contágios e armações da notícia. In: Fausto, Antônio; Gomes, Pedro; Braga, José Luiz; Ferreira, Jairo (orgs.) **Midiatização e processos sociais na América Latina**. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2008.
- GOMES, Pedro Gilberto. **Filosofia e ética da comunicação na midiatização da sociedade**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.
- FERREIRA, Jairo. **O conceito de dispositivo**: explorando dimensões de análise. Ecos Revista. Pelotas: Universidade católica de Pelotas – Educat, v. 7, n. 2, jul. – dez. 2003.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- JOHNSON, Steven. **Emergência**: a dinâmica da rede em formigas, cérebros, cidades e softwares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- LASH, Scott. **Crítica de la información**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

- LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MARCONDES FILHO, Ciro (org). **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.
- MAZLISH, Bruce. **La cuarta discontinuidad** : la coevolución de hombres y máquinas. Madrid: Alianza, 1995.
- MOUILLAUD, Maurice. **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora Paralelo 15, 1997.
- RÜDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- SÁDABA, Charo; PORTILLA, Idoia; GARCÍA AVILÉS, José Alberto; MASIP, Pere; SALAVERRÍA, Ramón. **Métodos de investigación sobre convergência periodística**. In: NOCI, Javier Díaz; PALACIOS, Marcos. Metodologia para o estudo dos cibermeios: estado da arte e perspectivas. Salvador: Edufba, 2008.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- SOSTER, Demétrio de Azeredo Soster. **Modelo para análise do jornalismo midiaticado**. In: FIRMINO, Fernando; SOSTER, Demétrio de Azeredo Soster. Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.
- SOSTER, Demétrio de Azeredo Soster. **O jornalismo em novos territórios conceituais**: internet, midiaticação e a reconfiguração dos sentidos midiáticos. São Leopoldo: Unisinos, 2009. Tese (Doutorado em Comunicação), Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009-a.
- SOSTER, Demétrio de Azeredo. **Auto-referência e co-referência nas páginas do jornal Folha de S.Paulo**. Anais. VII Congresso da SBPJOR. Associação Brasileira de pesquisadores em Jornalismo. São Paulo: 2009-b.
- SOSTER; Demétrio de Azeredo; SILVA, Fernando Firmino. **Metamorfoses jornalísticas 2**: a reconfiguração do forma. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009-c.
- SOSTER, Demétrio de Azeredo. **Midiaticação**: a terceira descontinuidade do jornalismo. Anais. VI Congresso da SBPJOR. Associação Brasileira de pesquisadores em Jornalismo. São Bernardo do Campo: 2008.
- SOSTER, Demétrio de Azeredo. **Jornalismo midiaticado**: a mídia diante do espelho. In: FELIPPI, Ângela; PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo.

Metamorfoses jornalísticas: formas, processos e sistemas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. **Ensino de edição em jornais impressos:** uma abordagem metodológica. In: FELIPPI, Ângela; PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo. *Edição em jornalismo: ensino, teoria e prática.* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.